

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA DEFINIÇÃO DA CENTRALIDADE DE AQUIDAUANA (MATO GROSSO DO SUL/BRASIL)

Lina Patricia Giraldo Lozano¹
Camilo Alejandro Bustos Ávila²

RESUMO: O presente trabalho pretende estudar o papel centralizador que, em relação à prestação de serviços em educação superior, exerce Aquidauana-MS dentro da rede de cidades do Estado de Mato Grosso do Sul. Nosso objeto de estudo está compreendido pelos *Campi* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sediados em Aquidauana os quais atendem um contingente importante de população discente que ultrapassa a própria região de influência de Aquidauana, alcançando a capital do estado e municípios tais como Corumbá e Naviraí, que já possuem outras sedes universitárias; além de outros estados da União como é o caso de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia, principalmente. Esse fato é consequência de um projeto de universalização do ensino superior no país ideado pelos governos do Partido dos Trabalhadores e que teve como finalidade a inclusão social e a diminuição da desigualdade educacional entre as populações historicamente segregadas como aquelas que moram nas áreas periféricas, nas áreas rurais ou aquelas auto reconhecidas como negras, pardas e indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Aquidauana; centralidade; ensino superior; Mato Grosso do Sul; universidades públicas.

IMPORTANCE OF SUPERIOR EDUCATION IN THE DEFINITION OF CENTRALITY AT AQUIDAUANA (MATO GROSSO DO SUL/BRASIL)

ABSTRACT: The next paper seeks to study the centralizing role that, related to the higher education services, is exerted by Aquidauana-MS among the network of cities of the state of Mato Grosso do Sul. Our subject of study is comprehended by both the Campus of Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) and State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), located in Aquidauana, which attend an important amount of population of students that overpass its own influence area, reaching state capital and localities as Corumbá and Naviraí which already have their own campus of the same institution; going further to another Brazilian states such as São Paulo. Paraná, Rio de Janeiro and Rondônia. This fact is consequence of a project of universalization of higher education in Brazil conceived during the governmental period of Workers Party (PT) that had as a goal:

¹ Doutora em Geografia Humana USP. E-mail: ligiral@yahoo.com

² Professor Dr. UFMS Campus Aquidauana. E-mail: camilo.avila@ufms.br

social inclusion and reduction of educational inequality between historically segregated populations as those who lived at peripheral and rural areas, or those who self-identify themselves as black, mixed or indigenous.

KEYWORDS: Aquidauana; centrality; higher education; Mato Grosso do Sul; public universities.

IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LA DEFINICIÓN DE LA CENTRALIDAD DE AQUIDAUANA (MATO GROSSO DO SUL/BRASIL)

RESUMEN: El presente trabajo pretende estudiar el papel centralizador que, en relación a la prestación de servicios en educación superior, ejerce Aquidauana-MS dentro de la red de ciudades del Estado de Mato Grosso del Sur. Nuestro objeto de estudio comprende los campus de la Universidad Federal de Mato Grosso del Sur (UFMS) y la Universidad Estatal de Mato Grosso del Sur (UEMS), localizados en Aquidauana los cuales atienden un contingente importante de población discente que sobrepasa la propia región de influencia de Aquidauana, alcanzando la capital del estado y municipios tales como Corumbá y Naviraí que ya poseen otras sedes universitarias; además de otros estados de la Unión como es el caso de San Pablo, Paraná, Rio de Janeiro y Rondonia, principalmente. Este hecho es consecuencia de un proyecto de universalización de la enseñanza superior en el país ideado por los gobiernos del Partido de los Trabajadores y que tuvo como finalidad la inclusión social y la disminución de la desigualdad educacional entre las populações históricamente segregadas como aquellas que viven en las áreas periféricas, en las áreas rurales o aquellas auto-reconocidas como negros, mulatos e indígenas.

PALABRAS CLAVE: Aquidauana; centralidad; educación superior; Mato Grosso del Sur; universidades públicas.

63

INTRODUÇÃO

Durante os últimos anos as instituições de educação técnica profissionalizante e superior no Brasil têm experimentado um processo de expansão importante, ora na infraestrutura, ora no número de cursos ou de alunos ingressantes, tudo com o objetivo de atingir uma maior parcela das populações consideradas historicamente segregadas como aquelas que moram nas áreas periféricas, nas áreas rurais ou aquelas auto reconhecidas como negras, pardas e indígenas. Esse processo de universalização da educação superior se

realiza, especialmente, por meio de políticas que visam à interiorização do ensino. Isso significa que a rede de universidades e institutos públicos, tanto de caráter federal, quanto estadual, tem se expandido e se localizado, paulatinamente, em áreas afastadas no interior dos estados, sobretudo, naquelas localizadas nas regiões menos desenvolvidas do país.

No caso dos programas federais de expansão e interiorização da educação superior são várias as cidades que foram consideradas levando em consideração características tais como: 1) distribuição territorial adequada; 2) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada unidade da federação; 3) proximidade das novas unidades de ensino aos arranjos produtivos locais instalados e em desenvolvimento; 4) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior; 5) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes e; 6) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos, dentre outros. Aquidauana faz parte de um conjunto de cidades que foram escolhidas para a implementação desses projetos.

64

Aquidauana tem sido constituída historicamente como um centro de caráter regional em relação ao desempenho das funções de comércio e de serviços. Graças à sua extensão é considerada um dos maiores municípios do estado de Mato Grosso do Sul e, levando em conta a conurbação com Anastácio, um dos maiores centros urbanos do estado. A área de influência do município em relação à prestação de serviços vai além de sua região imediata e inclui municípios como Anastácio, Miranda e Dois Irmãos de Buriti que compõem a denominada Microrregião de Aquidauana.

É claro que a localização e concentração de equipamentos e de serviços de educação superior em determinada área urbana servem de dinamizador das atividades econômicas locais implicando, na maioria das vezes, em uma reestruturação de funções e de atividades devido à multiplicação da quantidade

e da intensidade dos fluxos de pessoas, de mercadorias e de informações que requerem uma infraestrutura básica de comércio e de serviços.

Em conformidade com o exposto anteriormente, o presente trabalho pretende estudar o papel centralizador que, em relação à prestação de serviços em educação superior, exerce Aquidauana dentro da rede de cidades que compõem a sua região de influência. Para tal objetivo foram sistematizados dados alusivos à procedência dos alunos ingressantes e matriculados no período de 2015 e 2019 nas duas principais instituições públicas de ensino superior com *campi* sediados no município: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). É importante salientar que as informações foram coletadas junto às secretarias acadêmicas de cada uma das instituições e correspondem aos dados dos alunos ingressantes nos cursos de graduação ofertados.

Cabe esclarecer que, para os fins desta pesquisa, destacamos apenas as universidades públicas porque são elas as que atraem alunos de outros municípios e estados. O campus do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), que tem cerca de 1200 alunos, não tem alunos de municípios fora da microrregião de Aquidauana e os polos das universidades privadas (Estácio, Anhanguera, UNOPAR e UNINTER) abastecem, basicamente, a população local.

APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Aquidauana é um município do Centro-Oeste brasileiro localizado na região noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, na denominada Mesorregião dos Pantanais, a uma distância de 132 km da capital estadual, Campo Grande. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município se estende por 16.970,711 km², sendo um dos maiores do estado. De acordo com os dados do censo do IBGE de 2010, nesse ano contava com uma população de

45.614 habitantes, cuja distribuição era de 2,7 habitantes por km². Atualmente o município está dividido em cinco distritos: Aquidauana (sede), Camisão, Cipolândia, Piraputanga e Taunay.

Já a cidade de Aquidauana tem uma extensão de 8,634 km² e uma população de 35.926 habitantes, segundo o último censo do IBGE. Aquidauana está conurbada com a cidade vizinha de Anastácio com a qual se conecta através da Ponte da Amizade que cruza o Rio Aquidauana. Anastácio tem uma população de 23.835 habitantes. Juntas, as duas cidades, somam mais de 55 mil habitantes, configurando um dos maiores centros urbanos do estado.

Atualmente Aquidauana está ligada aos estados de Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo através da rodovia federal BR 262 que, passando por cidades como Belo Horizonte, Uberaba, Três Lagoas e Campo Grande, termina junto à fronteira com a Bolívia, em Corumbá no próprio estado de Mato Grosso do Sul. Todavia, outras três rodovias cortam a cidade: a BR 419 em direção às cidades de Bela Vista, ao sul, e Rio Negro de Mato Grosso, ao norte; a MS 450, que liga a cidade aos distritos de Camisão, Piraputanga e Palmeiras, ao leste, e a MS 345, que liga a cidade ao distrito de Cipolândia, ao nordeste.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2016, s.p.), a principal atividade econômica de Aquidauana é a pecuária extensiva de cria e recria sustentada por pastagens naturais e plantadas, que ocupam mais de 60% da área do município. O sistema de criação de gado é feito em grandes propriedades, com poucas divisões e manejo de rebanho limitado. Outras atividades como a agricultura e a indústria são mais restritas. A agricultura se concentra nas culturas permanentes de banana, coco-da-baía e laranja e, nas temporárias, de mandioca. Todas elas ocupam uma porcentagem muito pequena do município. A atividade industrial está limitada ao beneficiamento de leite, à indústria madeireira, de produtos alimentícios, de minerais não metálicos, metalúrgica, de mobiliário, de editorial e gráfica e de produtos farmacêuticos e

veterinários. Em referência à aglomeração urbana, vemos como o comércio e os serviços despontam como as atividades mais importantes do município.

Segundo o IBGE, o PIB do município de Aquidauana em 2016 atingiu R\$ 810.776.640,00. Considerando a população estimada para o mesmo ano pelo IBGE, o PIB *per capita*, valor médio por habitante produzido nesse ano, correspondeu a R\$ 18.568,37 o que situa o município na 69ª posição no ranking do Estado. Em relação à composição do PIB em 2016, o setor que mais gera valor agregado ao município é o de comércio e serviços com uma participação de 39%, seguido da administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social com 30%, da agropecuária com 19% e da indústria com 11%.

Os indicadores sociais do município, contudo, mostram o grau de empobrecimento em que se encontra a população. Por um lado, o Índice de Desenvolvimento Humano, que é um indicador da renda, da esperança de vida e dos níveis de escolaridade da população, é apenas de 0,68, o que deixa a Aquidauana na posição 35 no Estado, muito abaixo da capital Campo Grande que tem um índice de 0,78 e é a primeira no ranking. Por outro lado, embora o PIB *per capita* seja alto, o índice de Gini de 0,56 mostra que a renda aparece muito concentrada em uma pequena parcela da população³.

67

O setor comercial em Aquidauana está representado por importantes redes varejistas de roupa, calçados, artigos do lar e por lojas de móveis e eletrodomésticos. Em 2015, todavia, foi inaugurado o Shopping Center Atlântico que conta com supermercado, praça de alimentação, boliche, cinema 2 e 3D, lojas e playground. Os serviços estão representados, por um lado, pelo setor bancário com cinco agências e onze postos de atendimento dos bancos do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú. Por outro lado, em relação aos serviços de

³ Em relação aos rendimentos da população, de acordo com o IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de apenas 1,9 salários-mínimos vigentes em 2017, um dos mais baixos do estado de Mato Grosso do Sul.

saúde, de acordo com o SEBRAE (2016, s.p.), no ano de 2013, a cidade contava com 13 centros de saúde, oito clínicas e três hospitais gerais. No total são 173 leitos hospitalares disponíveis, sendo 135 do Sistema Único de Saúde – SUS (BDE/SEMAC).

Em relação ao setor da educação, Aquidauana conta com nove escolas estaduais urbanas que oferecem ensino fundamental, médio e profissional e com quatro escolas estaduais rurais. As escolas municipais incluem oito centros de ensino infantil, duas escolas de ensino fundamental urbanas e dez, rurais. Há quatro escolas particulares urbanas e uma rural, uma escola de educação especial e o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS). No referente ao ensino superior, o município de Aquidauana dispõe de cinco universidades, duas de caráter público: a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS); e três privadas: a Universidade Estácio, a Anhanguera, pertencente ao grupo Kroton, e a UNINTER, além da unidade do Instituto Federal.

68

Como se pode perceber, pelas atividades que concentra e pelos serviços que presta, Aquidauana se estabelece como um polo regional de comércio e de serviços. A área de influência do município em relação à prestação de serviços vai além de sua região imediata e inclui municípios como Anastácio, Miranda e Dois Irmãos de Buriti que compõem a denominada Microrregião de Aquidauana com uma área de 27.730,9 km² e uma população de 105.407 habitantes, segundo o censo de 2010. No caso da educação superior, o alcance de Aquidauana se estende também aos municípios de Bodoquena, Bonito, Campo Grande, Corumbá, Jardim, Nioaque, São Gabriel do Oeste, dentre outros, como se abordará nos próximos tópicos.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO PLANEJAMENTO REGIONAL RECENTE DO BRASIL

Historicamente o Brasil foi constituído como um país extremamente desigual em escala regional. De acordo com Araújo (1999), de país rural, escravocrata e primário-exportador é só a partir do século XX que, com a instalação da moderna indústria, emerge o país urbano-industrial. A indústria após 1930, contudo, tende a se concentrar em uma região específica, que é o Sudeste, especialmente em São Paulo. O desenvolvimento da região de “São Paulo” tendo por base a industrialização gerou, nas palavras de Oliveira (1981, p. 199-200), “uma divisão regional do trabalho nacional”. Este mesmo autor explica que as políticas econômicas que visavam expandir o modo de produção tipicamente capitalista a todas as regiões do país, respondiam ao projeto de um estado nacional unificado.

Para Sposito, (2008), a busca de um mercado para os produtos industrializados fez que, dentre as prioridades dos governos Getúlio Vargas (1930-45) e Juscelino Kubitschek (1956-60), figurasse a integração econômica das diversas regiões do país que se tentou realizar mediante a construção e a melhoria das redes rodoviárias e de energia elétrica, dos portos, dos silos, da criação e da extensão das indústrias prioritárias, etc. Essas políticas de integração regional foram retomadas durante os governos militares através da implantação das redes de comunicação com os sistemas de micro-ondas ligando as principais cidades em direção ao interior do país e com o estímulo à marcha para o Centro-Oeste e para a Amazônia.

Apesar das políticas de integração nacional, as desigualdades regionais se ampliaram muito durante o século XX como consequência do padrão de concentração industrial. A partir da década de 1960, visando resolver esse desajuste espacial, políticas de desenvolvimento regional foram institucionalizadas pelo governo federal mediante a criação das Superintendências de Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Nordeste e do

Centro-Oeste (SUDAM, SUDENE E SUDECO) com o objetivo da ampliação das suas bases produtivas.

No caso do Centro-Oeste, as políticas públicas relativas à expansão da pecuária e do agronegócio, atingiram o seu objetivo. Assim, enquanto essa região paulatinamente vai ganhando peso relativo na produção nacional, o Sudeste e o Sul vão perdendo importância. Esse tipo de políticas desenvolvimentistas que foram formuladas visando à ampliação da infraestrutura e da oferta de incentivos fiscais ou de investimentos direcionados à agroindústria, terminou favorecendo processos de concentração da renda e da propriedade fundiária em detrimento das demandas sociais da população. As consequências de acordo com Gumiero (2017) e que estão expostas nos dados dos censos de 1970, 1980 e 1990, foram o aumento da desigualdade social medida em termos de baixo PIB *per capita*, baixa escolaridade, altas taxas de analfabetismo, péssimos indicadores de saúde e de desenvolvimento humano, dentre outros.

Contudo, a partir de 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder e, especificamente, do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como bem explica Araújo (2013), houve uma quebra desse padrão de crescimento hegemônico que dominou o Brasil durante o século XX. Segundo essa autora, o governo Lula retoma as políticas de desenvolvimento regional sobre novas bases por meio de políticas nacionais de corte horizontal e setorial e de base territorial que impactaram favoravelmente na redução das desigualdades regionais herdadas. Dentre as políticas regionais se destacam: a reativação das Superintendências de Desenvolvimento Regional como é o caso da SUDAM, SUDENE e SUDECO; a promoção de programas mesorregionais; e, principalmente, a institucionalização, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Por meio da PNDR, o governo federal formulou planos de desenvolvimento regional para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país e, em escala sub-regional, programas especiais para os espaços considerados com

características estratégicas e prioritárias como é o caso do semiárido nordestino e da faixa de fronteira (BRASIL, 2005).

No caso do Centro-Oeste estabeleceu-se o Plano Estratégico do Centro-Oeste (PDCO) 2007-2020 e, de forma específica, o programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Dentre os principais objetivos do PDCO estão: a) conservação e recuperação dos ecossistemas do Centro-Oeste; b) melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais; c) universalização do acesso ao ensino; d) elevação dos índices de escolaridade e redução da taxa de analfabetismo; e) aumento da competitividade regional e consolidação de centro exportador; f) formação de um ambiente de inovação na economia regional com foco na pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias, aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e empresários; g) desenvolvimento de tecnologias limpas; h) integração dos territórios e Estados do Centro-Oeste com redução das desigualdades intrarregionais de dinamismo e de nível de renda e formação de uma rede de cidades integradas e hierarquizadas; i) integração físico-territorial do Centro-Oeste com o resto do Brasil e com a América do Sul, com fins econômicos; j) redução da vulnerabilidade da economia regional; k) ampliação da agregação de valor da produção primária regional; e l) aumento da capacidade de gestão do setor público regional (BRASIL, S/D).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é estabelecido em 2007 com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade da educação em todas as etapas em um prazo de quinze anos. O PDE prevê várias ações que visam identificar e solucionar os problemas que afetam diretamente a educação brasileira, mas vai além por incluir ações de combate a problemas sociais que inibem o ensino e o aprendizado com qualidade. Dentre as principais ações aparecem: a) universalização da alfabetização com foco, principalmente, na região Nordeste; construção, melhoria da infraestrutura física, reestruturação e aquisição de equipamentos nas creches e pré-escolas; b) definição do piso salarial

nacional para os professores; e c) luz, bibliotecas, saúde, inclusão digital e transporte escolar (BRASIL, S.D).

Em relação à educação superior, em específico, o PDE contempla especialmente: a) duplicar as vagas nas universidades federais, ampliar e abrir cursos noturnos e combater a evasão; b) a execução do programa Universidade Aberta do Brasil que, por meio de um sistema nacional de ensino superior à distância, mira capacitar professores da educação básica pública que ainda não têm graduação, formar novos docentes e propiciar formação continuada; e c) o programa Cidades Polo, que tem como finalidade a construção de 150 novas escolas profissionais e que faz parte do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Mediante os planos plurianuais o governo federal confirma a proposta de universalização do ensino no interior dos estados com a finalidade da inclusão social, da efetivação de direitos e da inovação e formação de mão de obra, visando o desenvolvimento produtivo associado à produção, inovação e educação. A meta é a promoção da inclusão social e o desenvolvimento local mediante a formação e qualificação profissional. Em relação à educação superior, especialmente, o objetivo proposto pelos planos é o de ampliar o acesso com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior; da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda; e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Essas políticas relativas à educação superior são ratificadas logo mediante o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 que foi aprovado pela Lei 13.005 de 2014 cuja meta 8 que dispõe elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como

igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, pode-se observar como o tema da educação torna-se uma das políticas mais importantes dentro dos planos de desenvolvimento seja em escala nacional e/ou regional.

É fato que, como resultado das políticas públicas estabelecidas pelos diversos programas federais, a educação superior teve uma expansão regional significativa. De acordo com Araújo (2013), em 2002 o país tinha implantados 43 *campi* das universidades federais cuja localização privilegiava o Sudeste, Sul e o litoral. Já em 2010, com o estabelecimento do Reuni, o número de *campi* havia saltado para 230 com uma clara tendência à interiorização e à desconcentração regional. Esse fato permitiu que muitos jovens tivessem a oportunidade de acesso ao ensino superior de qualidade. Por sua vez, o Prouni permitiu o acesso de jovens das camadas populares à universidade por meio do ensino privado. Considerando os dois tipos de ensino, tanto público, quanto privado, as estatísticas mostram que, durante a primeira década do século XXI, houve um aumento considerável na quantidade de população com ensino superior completo.

73

Entre 2000 e 2010, segundo os censos demográficos do IBGE, o número de pessoas com ensino superior completo mais do que dobrou, passando de 5,9 para 13,5 milhões de pessoas. Em termos regionais, os dados mostram que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram os que experimentaram maior incremento, ganhando participação no total nacional. Em relação às matrículas no ensino superior, verifica-se que o número de matriculados cresceu significativamente em todas as regiões, porém, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O censo da educação superior de 2016 traz dados mais específicos e atualizados. Segundo esse censo, entre 2006 e 2016 houve um aumento considerável do número de cursos ofertados pelas instituições de ensino superior do país assim como do número de matrículas efetuadas. Passou-se de 23.257 cursos para

34.340. Em relação aos alunos matriculados, o número passou de 4.944.877 para 8.052.254 (BRASIL, 2017). A tendência, em geral, não foi só específica do ensino superior, alcançando também o ensino médio e profissional. “Como se vê, as políticas federais deste período foram, em geral, favoráveis à busca da construção de um país menos desigual regionalmente” (ARAÚJO, 2013, p. 50).

Toda essa dinâmica, portanto, correspondeu a um forte impulso estatal para desconcentrar a produção de conhecimento e tecnologias e fomentar atividades inovadoras no interior do país mediante o fortalecimento das redes nacionais de ensino superior e ensino médio profissionalizante, por meio da expansão dos Institutos Federais e das Universidades Federais. Esse processo é uma demonstração de como o Estado pode redirecionar fluxos econômicos mediante a desconcentração de uma série de atividades, já que, junto à expansão da rede educativa vêm outras atividades, que dinamizam as economias locais dos lugares aonde se expandem.

De acordo com isso vemos como o Estado comanda a produção do espaço favorecendo a atividade capitalista. Para Henri Lefebvre (1974) o Estado é a condição da racionalidade e da organização social. Harvey (2004) reafirma a proposição de Lefebvre, quando determina que o Estado não é um agente passivo no processo de acumulação, senão que pode usar seus poderes para favorecer a diferenciação e a dinâmica regional não só mediante os investimentos em infraestrutura (transportes, comunicações, educação, pesquisa, etc.), mas, também mediante a imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Contudo, em determinado momento, diante de uma crise econômica, o Estado, por meio de políticas públicas, tem faculdade de reorientar os fluxos de capital de um espaço para outro como modo de reduzir superacumulações e desvalorizações, determinando o que o autor denomina de “volatilidade inter-regional” (HARVEY, 2004, p 103). Nesse caso, uma determinada organização regional é efêmera e está condicionada temporalmente.

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A CONSTITUIÇÃO DA CENTRALIDADE DE AQUIDAUANA

Henri Lefebvre (1974) esclarece que é sob o comando do modo capitalista de produção que a cidade se transforma na sede principal do poder político e econômico, sede principal do Estado e das suas instituições. Mas a função política não é a principal da cidade. Ela é configurada, também, como centro de acúmulo das riquezas e da cultura e de concentração de todos os meios de subsistência, sendo, portanto, sede do econômico. Nesse contexto, a cidade é a materialização do modo de vida urbano, produto da história de uma coletividade, não só um espaço contenedor, é um vazio que é preenchido por objetos, pessoas, relações, etc. Além disso, a cidade tem a possibilidade de ser um espaço poli-multi-nucleado. O centro é entendido assim como o lugar da afluência de tudo: pessoas, capitais, mercadorias, informações, cultura, etc. enquanto é a centralidade que dá conteúdo a esse centro, sendo, segundo Lefebvre (2004), a própria essência do fenômeno urbano. 75

A centralidade não pode ser concebida como algo acabado, pelo contrário, ela se constrói, cria e extingue incessantemente, em um movimento dialético o que significa que qualquer ponto pode ser centro ou ser transformado em centro ou, em seu defeito, uma dada centralidade pode se esboroar ao perder parte das suas funções primordiais. É claro que as propriedades de determinada centralidade dependem, em grande parte, do poder do Estado que se materializa por meio do planejamento urbano ou regional. A história da cidade de Aquidauana nos permite comprovar a forma como houve um processo de construção de uma centralidade favorecida pelo Estado e como, depois, essa centralidade foi se esfacelando.

Aquidauana surgiu em 1892 como um entreposto comercial e ligação fluvial entre Corumbá e as localidades portuárias de Santos e Rio de Janeiro. Para Russi

(1975 apud Jóia, 2005), o povoamento inicial privilegiou-se, no início do século XX, com a decisão do governo federal da abertura de uma ferrovia passando por essa região que deveria alcançar, mais tarde, o Oceano Pacífico. É assim como Aquidauana foi constituída historicamente num centro regional em relação ao desempenho das funções de comércio e de serviços. É claro que é um centro de características periféricas, subordinado a outros centros que mantém uma integração mais dinâmica aos circuitos da economia mundial. Faz parte de uma rede de cidades que atualmente é comandada, em primeira instância, pela metrópole global São Paulo, seguida da metrópole nacional Rio de Janeiro, das metrópoles regionais Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador etc. depois das capitais dos estados pericentrais até chegar às cidades médias e aos pequenos centros urbanos de influência regional.

A inserção da rede de cidades brasileiras se deu em diferentes períodos devido à intervenção estatal, que favoreceu a implantação das vias de comunicação com o intuito de integrar os espaços periféricos ao mercado nacional. De acordo com Neves (2007), o Centro-Oeste, passada a fase mineradora, limitou-se a ser mercado fornecedor e consumidor para a área hegemônica de São Paulo. Nesse caso, a construção das estradas de ferro e das rodovias durante a primeira metade do século XX visava a conquista do mercado paulista para o gado. A autora enfatiza que essas estradas voltariam a cidade de Aquidauana, cada vez mais, para as ligações com o leste, em detrimento das ligações fluviais com Corumbá.

Conforme Jóia (2005), até a metade do século XX Aquidauana continuava exercendo um papel de centro regional devido não só à sua localização privilegiada (tendo acesso através de conexão rodoferroviária), como pelo fato de concentrar atividades comerciais e de prestação de serviços mais desenvolvidas como bancos, comerciais atacadistas e varejistas, empresas de serviços aéreos, hospitais gerais, quartel do exército, mercado municipal, dentre outros. Contudo,

a divisão de Mato Grosso em 1977 e a consolidação urbana de Campo Grande como capital do novo estado de Mato Grosso do Sul, determinou certo estágio de “estagnação” econômica para a cidade uma vez que muitas das atividades de comércio e de serviços, que antes centralizava, foram transferidas para a nova capital, distante apenas 120 km.

Nessa mesma época, seguindo com Jóia (2005), a ação do Estado através dos planos nacionais de desenvolvimento estabelecidos durante os governos militares (1964-1985) foi fundamental no intuito de fortalecimento de pequenos centros regionais como Aquidauana, não somente através do incremento e da ampliação das redes de transporte e energia como, sobretudo, a partir da afirmação do planejamento como forma de objetivar o crescimento econômico. Esses planos foram instituídos com o objetivo de alcançar o crescimento econômico endógeno das cidades de menor porte. Na mesma direção, segundo Gumiero (2017), aparecem os incentivos do governo federal para a modernização da agricultura, que terminaram por favorecer a reestruturação urbana das pequenas cidades, pois implicaram na diminuição da população do campo e o conseqüente crescimento da urbanização concentrada.

Cardoso (1989, apud Jóia, 2005), explica como Aquidauana se insere nesse contexto nacional quando é escolhida, entre muitas cidades do país, para receber o Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado, coordenado pelo SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – do Ministério de Planejamento. CONSPLAN foi denominado o relatório produzido em 1970 que serviu para definir as políticas públicas que assegurassem o desenvolvimento endógeno do município. A construção de obras de infraestrutura básica, a ampliação dos serviços públicos municipais e a requalificação das atividades econômicas da região constituíam as recomendações que o CONSPLAN oferecia para alcançar os objetivos de integração municipal com a dinâmica de desenvolvimento nacional.

Entretanto, para Jóia (2005), já no final da década de 1980 a cidade de Aquidauana encontrava-se em uma situação de estagnação econômica devido à transferência para Campo Grande de algumas atividades de comércio e serviços que antes centralizava. Essa conjuntura é reforçada com a instauração do projeto neoliberal e das políticas públicas de descentralização implementadas a partir da década de 1990. É assim que, a partir dessa década, diante do esvaziamento dos investimentos do governo federal e com o estabelecimento pleno da globalização, nas palavras de Damiani (2006, p. 136), “o planejamento nacional foi substituído por planejamentos estratégicos, envolvendo redes de cidades; cidades estas de mais de um tamanho, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias”. Para Osmond (1995, apud Damiani, 2006) esse tipo de planejamento está assentado na ideia da gestão urbana descentralizada que aparece sustentada na desconcentração dos poderes técnicos, até mesmo descentralização política, administrativa e orçamentária.

Sendo assim, Jóia (2005) descreve que durante esse período o poder público do município de Aquidauana tenta adotar uma nova postura econômica investindo, por um lado, em atividades como o turismo, o comércio diversificado e outros setores com a finalidade de buscar uma independência da pecuária extensiva; e por outro lado, na expansão dos serviços públicos locais como é o caso da educação, saúde, moradia popular e infraestrutura básica. Em relação aos poderes públicos de ordem estadual e federal houve uma nova postura econômica por meio de investimentos em saúde, educação, segurança e gestão do território.

No que diz respeito à população urbana, a partir de 1990, observa-se um crescimento muito lento. Segundo dados do IBGE, entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,11%, muito abaixo do estado que foi de 1,73%, enquanto a taxa de urbanização do município passou de 74,46% para 77,85%. Entre 2000 e 2010, a população de Aquidauana cresceu a uma taxa

média anual de 0,49%, enquanto no Brasil a taxa foi de 1,17%, no mesmo período. Nessa década, a taxa de urbanização do município passou de 77,85% para 78,76%.

O crescimento populacional lento que experimenta Aquidauana tem sua explicação nos tímidos fluxos migratórios relacionados às poucas oportunidades de ocupação da mão de obra. Para Jóia (2005, p. 47) “a ausência de indústrias de médio e grande porte, a atividade baseada na pecuária e nos pequenos comércios, a baixa densidade demográfica regional e sua localização numa região periférica ao centro do capitalismo nacional” seriam fatores que atenuaram o potencial de atração populacional. Desse modo, pode-se compreender o papel subordinado que tem a cidade em relação à capital Campo Grande.

Em termos gerais, Aquidauana tem mostrado uma forte dependência das relações regionais, tanto em relação à capital, como dos municípios vizinhos em relação a ela, dependência essa que tende a se ampliar de forma relativa. Nesse sentido, entendemos a função que tem Aquidauana como *cidade intermediária*, como aponta Milton Santos (1979). Diante da metrópole que aumenta sua influência e poder econômico, segundo esse autor “essa cidade intermediária veria diminuir seu poder de comando e sua influência sobre a região e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole” (SANTOS, 1979, p. 243).

Apesar da subordinação à Campo Grande, hoje em dia Aquidauana é o nono maior centro urbano do estado, segundo estimativas do IBGE para 2020. Em termos quantitativos, segundo a pesquisa Regiões de Influência das cidades de 2018 (REGIC), Aquidauana se configura no estado de Mato Grosso do Sul como um centro sub-regional de zona B no mesmo nível de cidades como Corumbá, Nova Andradina, Coxim, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã, Jardim e Anastácio. É de destacar que na REGIC de 2007 Aquidauana aparecia como centro sub-regional de zona A. Isso significa dizer que a cidade tem perdido influência na hierarquia urbana sub-regional.

No entanto, em relação aos serviços e especialmente à educação superior, Aquidauana se configura ainda como polo regional. Como especificado anteriormente, na cidade estão localizadas duas universidades públicas – a UFMS e a UEMS – e um instituto federal – o IFMS, além de três centros de educação privada. De acordo com o objetivo proposto o trabalho irá focar o estudo na UFMS e na UEMS.

AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EM AQUIDAUANA E SEU PAPEL DE POTENCIALIZADOR DA CENTRALIDADE

O Campus Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi instituído em 1970 com três cursos de licenciatura: Letras (Português/Literatura e Português/Inglês), Ciências Físicas e Biológicas e Estudos Sociais. A oferta de cursos foi sendo ampliada paulatinamente. Na década de 1980 começaram a ser ofertadas as licenciaturas em geografia e história. Na década de 1990 foi a vez do curso de bacharelado em geografia, e das licenciaturas em matemática, em pedagogia e em ciências biológicas. Na década seguinte foi aprovado mais um curso em letras, a licenciatura Português/Espanhol fora dos cursos de turismo e administração. Recentemente foi criada a licenciatura intercultural indígena com as habilitações em: ciências da natureza e educação intercultural; ciências sociais e educação intercultural; linguagens e educação intercultural e matemática e educação intercultural. Além da graduação, a UFMS-Aquidauana oferece cursos em pós-graduação como é o caso dois mestrados – um em geografia e outro em estudos culturais, além de uma especialização em ciências biológicas.

Como se pode observar, a UFMS Campus Aquidauana foi ampliando a oferta de cursos no decorrer do tempo. Para o ano de 2017 contava com três unidades, 1241 alunos matriculados, 81 docentes e 45 técnicos administrativos, aproximadamente. Em relação à procedência dos alunos, a maior parte é oriunda

dos municípios de Aquidauana e de Anastácio. Outros provêm dos outros dois municípios da microrregião de Aquidauana – Miranda e Dois Irmãos do Buriti –; e há, também, muitos que procedem de municípios próximos como Bodoquena e Nioaque que, embora não pertençam à microrregião de Aquidauana, têm com ela uma histórica ligação. Há alunos procedentes, dentre outros municípios, de Jardim e, inclusive, de Campo Grande (ver mapa 1). Graças ao SISU, que é um sistema do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem, desde 2010 a procedência dos alunos extrapola a escala estadual, alcançando também outros estados como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente (ver mapa 4). É importante ressaltar, como mencionam Oliveira Neto e Carvalho (2010, p. 211-12) que a UFMS já exercia territorialização nos acadêmicos de outras cidades de MS e de outros estados antes de 2010.

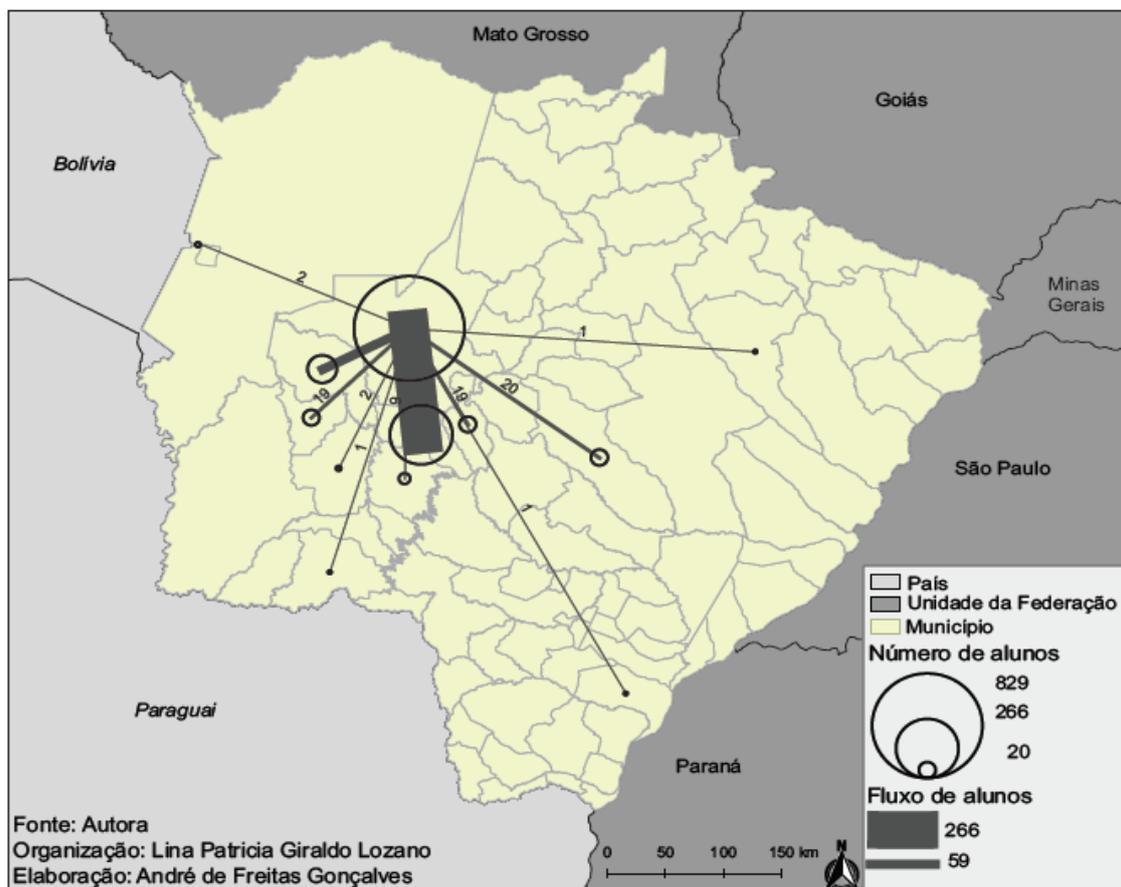
A UEMS é uma universidade relativamente nova. Ela foi instituída no ano de 1993 com sede na cidade de Dourados e tem vários *campi* localizados tanto na capital como no interior do estado. Hoje em dia conta com 15 *campi* em todo o estado. O Campus Aquidauana da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul está localizado nas instalações do antigo CERA (Centro de Estudos Rurais de Aquidauana), fora da área urbana do município, na Rodovia Aquidauana-UEMS, Km 12. A unidade de Aquidauana da UEMS foi instituída pouco depois da fundação da universidade e graças à gestão do deputado estadual Cláudio Valério, que apresentou uma reivindicação para que a universidade se instalasse em Aquidauana na localidade que pertencera ao CERA e que, na época, tinha sido cedida ao SENAR em regime de comodato.

De acordo com Ferreira (2010) o primeiro curso da UEMS foi o de zootecnia, que começou a funcionar em 1996 e que é, atualmente, um centro especializado em ciências agrárias, com oferta de três cursos de graduação (agronomia, engenharia florestal e zootecnia) e dois programas de pós-graduação, sendo

agronomia – produção vegetal (mestrado e doutorado) e zootecnia – produção animal no Cerrado-Pantanal (mestrado). São 633 o número de alunos matriculados em 2019 nos três cursos de graduação que provém, na maioria, da microrregião de Aquidauana e de vários outros municípios do interior do estado como: Corumbá, Bonito, Jardim, Nioaque, etc. e, inclusive, da própria capital (ver mapa 2). Desde seus primeiros anos a unidade da UEMS, em Aquidauana, recebia um importante contingente de alunos de outras áreas do estado e mesmo de outros estados, como demonstram Oliveira Neto e Carvalho (2010). Hoje em dia, o campus da UEMS continua com a tendência de ter muitos alunos de fora do estado como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, entre outros (ver mapa 4).

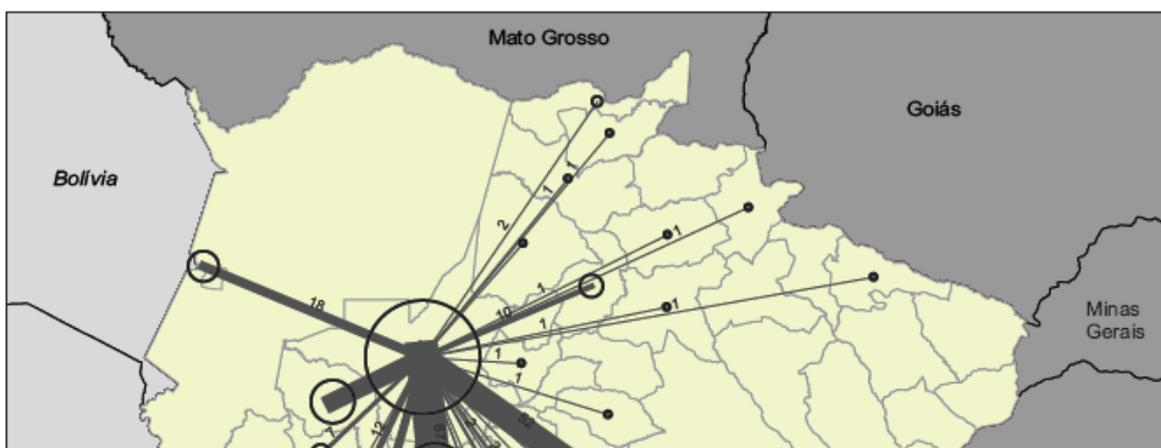
Em ambos os casos, a permanência e a fixação do aluno de baixa renda na universidade são garantidas mediante diversos auxílios como a bolsa permanência, o auxílio-alimentação, o auxílio-creche, o auxílio-moradia, entre outros. Para alguns cursos é oferecido também um auxílio instrumental pedagógico e, no caso de discentes prioritariamente ingressantes com alto risco de evasão e oriundos, preferencialmente, de cidade distinta da localização do campus no qual está matriculado, pode ser oferecido também um auxílio emergencial. Existe também o Programa de Bolsa Permanência do MEC que é uma ação do governo federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a estudantes indígenas e quilombolas.

Mapa 1 - Procedência alunos da UFMS – Campus Aquidauana. Fonte: Autoria



própria.

O Mapa 1 permite ver que, embora a maior parte dos alunos da UFMS sejam provenientes dos municípios da microrregião de Aquidauana (Aquidauana, Anastácio, Miranda e Dois Irmãos de Buriti), há alunos que vêm de municípios tão distantes como Naviraí, Água Clara ou Corumbá. Chama a atenção que muitos dos municípios dos quais provêm os alunos da UFMS de Aquidauana têm sedes da própria UFMS, como Corumbá, Naviraí ou a própria capital.



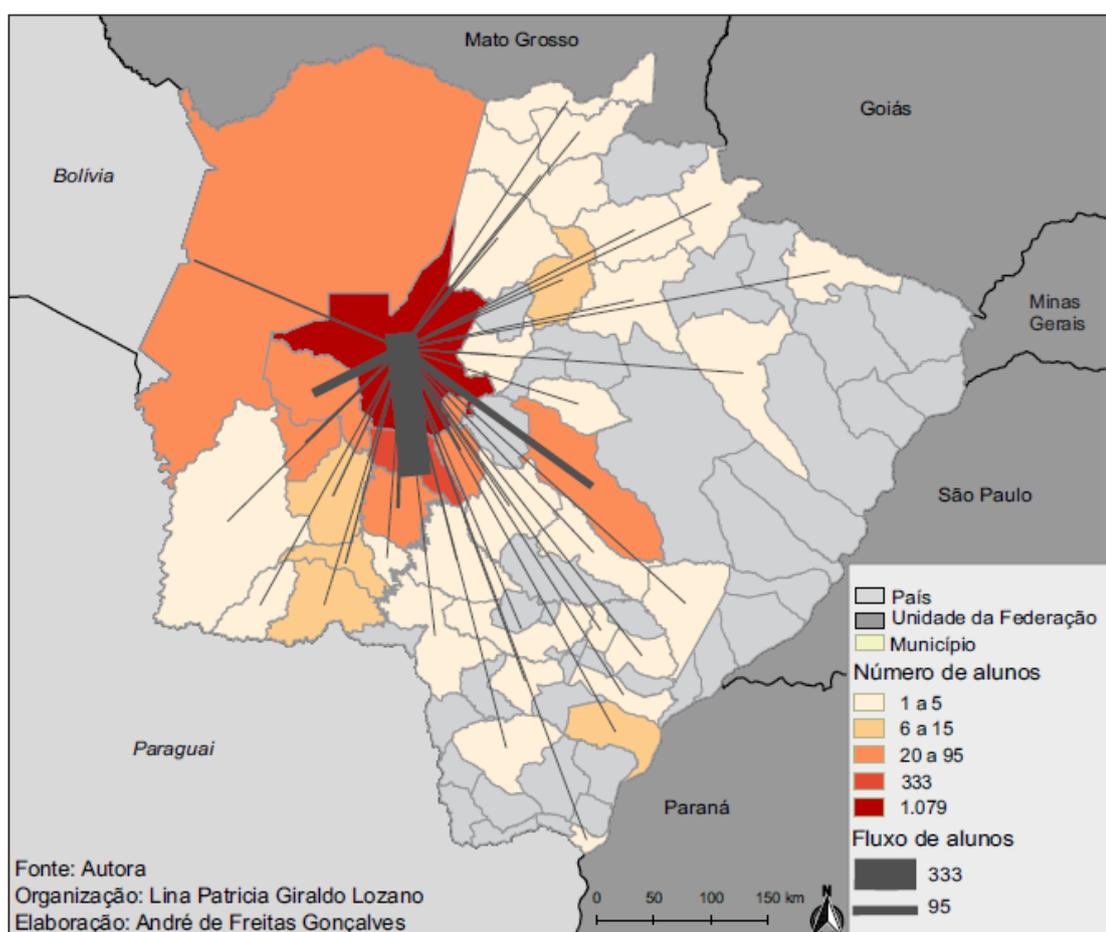
Mapa 2 - Procedência alunos da UEMS – Campus Aquidauana. **Fonte:** Autoria própria.

O mapa 2 mostra os municípios dos quais provêm os alunos da unidade da UEMS de Aquidauana. A centralidade fica aqui mais ainda mais evidente, na medida em que há alunos de 37 municípios diferentes do estado, quase a metade dos municípios e de quase todas as mesorregiões, com exceção das áreas mais ao leste e ao nordeste e de alguns municípios do extremo sul, limítrofes com o Paraguai. Destacam-se, além dos municípios da microrregião de Aquidauana e da capital, já mencionados, os municípios localizados ao sul do centro urbano de Aquidauana como: Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Bela Vista e Caracol. Também há estudantes de municípios como Maracaju, Sidrolândia, Corumbá, Coxim e, inclusive, alguns tão longínquos como o Naviraí e Mundo Novo, no extremo sul do estado.

É importante ressaltar que a UEMS tem mais alunos de fora do que a UFMS, pois os cursos de graduação da primeira (agronomia, zootecnia e engenharia

florestal), são específicos de áreas relacionadas com o agronegócio, um setor produtivo em expansão no Brasil inteiro e que é relevante, considerando a predominância do setor agropecuário na economia do estado; enquanto que a UFMS desenvolve, em sua maioria, programas de licenciatura (matemáticas, letras, geografia, ciências biológicas e pedagogia) que, junto aos programas de bacharelado em turismo, administração e geografia, foram criados visando mais as necessidades da comunidade local e dos municípios próximos.

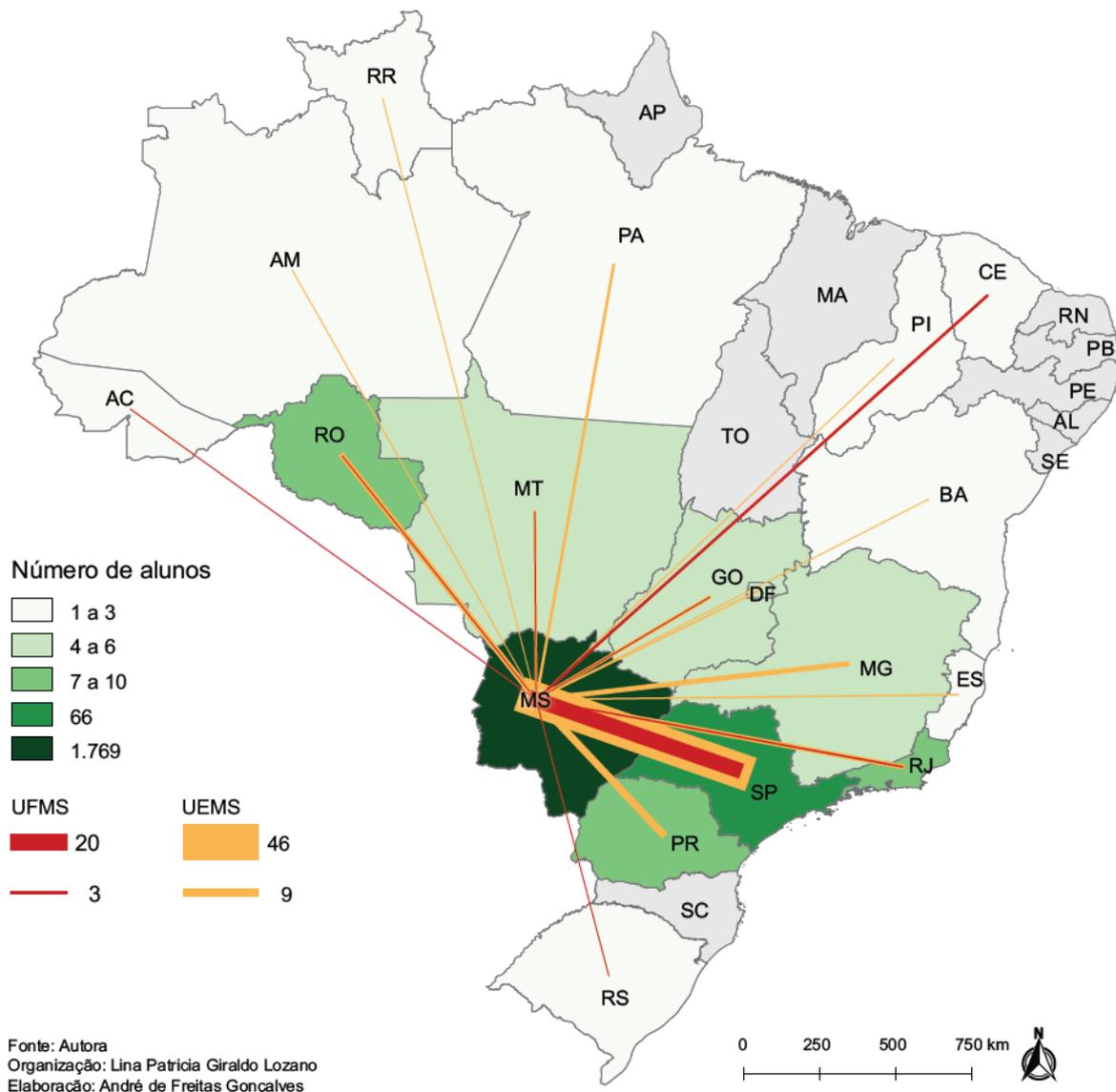
Mapa 3 - Procedência alunos da UFMS e da UEMS – Campus Aquidauana. **Fonte:** Autoria



própria.

O mapa 3 mostra o consolidado de alunos das duas universidades. De acordo com ele podemos ver que há presença de alunos de 39 municípios do

estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, a metade dos municípios do estado. A figura destaca a presença de alunos da microrregião de Aquidauana, mas, também, de municípios próximos como Nioaque e Bodoquena – os quais sempre tiveram uma ligação importante com Aquidauana – e, ainda, de cidades como Campo Grande e Corumbá. Todas essas cidades tiveram entre 20 e 95 alunos. Em menor quantidade há presença de alunos dos municípios ao sul de Aquidauana, ligados à essa cidade pela BR-419 como: Jardim, Bonito e Bela Vista, e de outros municípios como Naviraí e São Gabriel do Oeste. Esses cinco municípios registraram entre 6 e 15 alunos. O restante dos municípios tiveram entre 1 e 5 alunos destacando-se alguns como: Guia Lopes da Laguna, Porto Murtinho e Caracol que, junto a todos os municípios mencionados anteriormente (com exceção de Campo Grande), conformam a região oeste do estado de Mato Grosso do Sul. Também há significativa presença de municípios da região norte e centro-sul, mas há poucos alunos provenientes do leste do estado.



Mapa 4 - Estados de procedência alunos da UFMS e UEMS – *Campi Aquidauana*. Fonte: Autoria Própria.

O mapa 4 mostra a relevância das universidades públicas de Aquidauana em nível nacional. Em relação ao Brasil, podemos ver que as duas universidades públicas sediadas em Aquidauana têm alunos de 19 das 27 unidades da união. Dos nove estados que não têm alunos em Aquidauana destaca-se que seis deles são da região nordeste (Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco,

Alagoas e Sergipe); dois, da região norte (Amapá e Tocantins) e um da região sul (Santa Catarina). Já dos estados que têm alunos nas universidades públicas sediadas em Aquidauana, destaca-se o caso de São Paulo, que tem 66 alunos, dada sua importância populacional e a proximidade com Mato Grosso do Sul. Os estados de Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia têm entre sete e dez alunos. No caso do primeiro esse fato talvez tenha a ver com a relativa proximidade do estado com Mato Grosso do Sul e, do segundo, pela importância populacional. O caso de Rondônia, entretanto, representa um caso bastante particular, talvez ligado à existência prévia de outros alunos desse estado.

Os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal têm entre quatro e seis alunos. Cabe ressaltar que todos eles são estados próximos de Mato Grosso do Sul, razão pela qual o deslocamento dos estudantes é menor em relação aos estados da região norte ou nordeste. Finalmente, o resto dos estados têm entre um e três alunos.

De acordo com esses dados, podemos ver que, embora uma boa parte dos alunos das universidades públicas sediadas em Aquidauana seja dos municípios da microrregião de Aquidauana e de municípios próximos com uma ligação tradicional como Nioaque e Bodoquena, existe, sim, uma importante representatividade de alunos de vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul e, inclusive, de outros estados do Brasil (dentre os quais destaca-se São Paulo). Essa circunstância implica na necessidade de serem adotados equipamentos de moradia e de necessidades básicas para essa população e, em contrapartida, garante um aporte importante para a economia do município.

Em razão da quantidade de centros universitários que concentra e do raio de abrangência que ditos centros possuem em relação à região, pode-se acreditar em uma redefinição da centralidade urbana de Aquidauana dentro da rede de cidades da região do pantanal sul mato-grossense. Não se pode ignorar que a concentração de equipamentos e de serviços de educação superior em

Aquidauana implica na multiplicação da quantidade e da intensidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, que requerem uma infraestrutura básica de comércio e de serviços como é o caso do segmento imobiliário, bancário, de transporte, de supermercados, de restaurantes e outros. Os usuários dos serviços de educação originários de Aquidauana e os de outros municípios, são consumidores potenciais que contribuem para dinamizar as atividades econômicas da cidade. A polarização exercida por Aquidauana na região, especialmente em relação à prestação dos serviços e do comércio, é reafirmada nesse sentido. Polarização significa, antes de tudo, a produção desigual do espaço regional: ganhos para uns poucos espaços e perdas para a maior parte na medida em que se cria uma dependência em relação aos espaços centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu mostrar o papel centralizador da cidade de Aquidauana em relação à prestação de serviços de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul. Essa centralidade é acentuada pela localização de duas instituições de ensino superior públicas sediadas na cidade (UFMS e UEMS), que convocam a população acadêmica que vem de localidades distantes da cidade de Aquidauana, do vizinho município de Anastácio e dos outros dois municípios da Microrregião de Aquidauana (Miranda e Dois Irmãos do Buriti). Esses municípios incluem a própria capital do estado (Campo Grande) e outros como Corumbá, Naviraí, Jardim ou Coxim que também têm unidades das referidas instituições; assim como de outros municípios tão longínquos como Água Clara (no extremo leste, próximo de Três Lagoas) e Mundo Novo (no extremo sul, próximo da divisa com o estado do Paraná e da República do Paraguai). Além de alunos provenientes de cerca de metade dos municípios do estado há, também, de outras unidades da

federação, em especial do estado de São Paulo, embora haja alunos provenientes de estados como Rio de Janeiro, Paraná, Rondônia e Ceará, dentre outros.

Essa situação viu-se favorecida pela implementação de distintos programas de expansão do ensino superior desenvolvidos pelos governos do Partido de Trabalhadores que incluíram: a criação de novos *campi* das universidades federais no interior dos estados e a expansão das existentes; a abertura de vários concursos para preencher as vagas de professores e servidores técnico-administrativos necessários para tal expansão; assim como um amplo leque de benefícios para os alunos como: bolsas permanência, de iniciação à pesquisa (PIBIC) e à docência (PIBID), etc. Essas políticas, junto com outras como a valorização do salário mínimo real, as políticas de transferência de renda e de “discriminação positiva”, como a política de cotas, favoreceram, especialmente, grupos de populações tradicionalmente marginalizadas como os pretos e pardos, assim como membros de comunidades tradicionais como: camponeses, quilombolas e, particularmente, no caso de Aquidauana, os acadêmicos indígenas que constituem quase a terça parte do total de alunos matriculados na UFMS.

90

A concentração de atividades educacionais implica, para o município de Aquidauana, a dinamização de atividades econômicas locais e o conseqüente impulso às funções de comércio e de serviços devido à multiplicação da intensidade e da quantidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações. Sem contar que o funcionalismo público contribui com uma parte importante do PIB da cidade. A possibilidade que oferecem as instituições públicas de ensino superior em Aquidauana de reunião e concentração de um corpo discente de diferente procedência e culturalmente diverso permite, também, a construção de um ambiente intelectual e cultural mais complexo que favorece a dinamização da cidade e a torna polo cultural dentro da sua microrregião. De acordo com o anteriormente mencionado, a produção da centralidade de Aquidauana dentro de uma rede de cidades hierarquicamente constituídas é resultado da ação direta

do Estado que é o responsável pela formulação das políticas públicas e pela disposição espacial da infraestrutura.

Entretanto, na atual conjuntura de encolhimento do estado de bem-estar e de sucateamento da coisa pública, especificamente de perda de financiamento no setor da educação, é necessário avaliar a importância da gestão do Estado por meio de políticas públicas de educação na recomposição da centralidade de Aquidauana, no dinamismo político e econômico do município e no seu papel de polarizador dentro da região. Além disso, é necessário refletir sobre os efeitos que podem trazer as mudanças das políticas públicas, no caso, na recomposição da rede urbana nacional, regional e local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tania B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista econômica do nordeste**, Fortaleza, v.30, n.2, 1999.

ARAÚJO, Tania B. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, Carlos; SIQUEIRA, Hipólita (org.). **Pacto Federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2016**. – Brasília: Inep, 2017.

BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília: Inep, 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de desenvolvimento regional**, Brasília: Agosto de 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)**, Brasília: s/d. Disponível em: <http://187.29.146.68/attachments/article/80/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Desenvolvimento%20Centro-Oeste.pdf> Acesso em 7 de Dezembro de 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios, programas**. Brasília: s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

DAMIANI, Amélia L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

FERREIRA, Franchys. Políticas de implantação e expansão da educação superior no Município de Aquidauana – Trajetória histórica: 1996-2009. In: MARTINS JÚNIOR, Carlos; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de (org.). **Revelando Aquidauana**. Campo Grande: Editora UFMS, 2010, p. 309-338.

GUMIERO, Rafael. A trajetória de políticas de desenvolvimento regional para a fronteira sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Desenvolvimento, fronteiras e cidadania**, Campo Grande, v. 1, n. 1, jul. 2017, p. 161-181.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Akal, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao.shtm> Acesso em: 15 de dezembro de 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: .10 de janeiro de 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das cidades:** 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das cidades:** 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 28 setembro de 2020.

JOIA, Paulo. Origem e evolução da cidade de Aquidauana- MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, v. 7, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

NEVES, Joana. **Um porto para o Pantanal - A fundação de Aquidauana: civilização e dependência**. Campo Grande: UFMS, 2007.

93

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 197-204.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; CARVALHO, Thiago. A importância da cidade de Aquidauana na sua região: elementos de uma centralidade. In: MARTINS JÚNIOR, Carlos; OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de (org.). **Revelando Aquidauana**. Campo Grande: Editora UFMS, 2010, p. 199-222.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SEBRAE. **Desenvolvimento econômico e territorial Mato Grosso do Sul**. 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

SPOSITO, Eliseu. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

Submetido em: 08 de maio de 2020

Aprovado em: 25 de agosto de 2020

Publicado em: 24 de dezembro de 2020